



Energia que nos move



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE

- 4** Balanços patrimoniais
- 6** Demonstração do resultado
- 7** Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
- 8** Demonstração do valor adicionado
- 8** Demonstração de resultados abrangentes
- 9** Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- 10** Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
- 26** Relatório dos auditores independentes
- 27** Parecer do conselho fiscal
- 28** Administração

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91	115
Aplicações financeiras vinculadas	5	5	5
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7(a)	116	164
Tributos antecipados		75	67
Demais ativos circulantes		<u>9</u>	<u>9</u>
Total do ativo circulante		<u>296</u>	<u>360</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais		<u>3</u>	<u>2</u>
Imobilizado			
Imobilizado em uso	6	2.261	2.382
Estoque de sobressalentes		<u>45</u>	<u>43</u>
		<u>2.306</u>	<u>2.425</u>
Intangível - softwares		<u>11</u>	<u>4</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.320</u>	<u>2.431</u>
Total do ativo		<u>2.616</u>	<u>2.791</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante			
Fornecedores		23	31
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	106	153
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	75	55
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7(b)	4	3
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	52	45
Dividendo	10(c)	132	296
Outras contas a pagar		<u>55</u>	<u>46</u>
Total do passivo circulante		<u>447</u>	<u>629</u>
Não circulante			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	1.078	1.011
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7(b)	251	221
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	152	179
Obrigações atuariais	19	23	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9(a)	<u>63</u>	<u>33</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.567</u>	<u>1.448</u>
Patrimônio líquido			
	10		
Capital social		203	203
Reservas de lucros		95	391
Ajustes de avaliação patrimonial		6	6
Dividendo adicional proposto		<u>298</u>	<u>114</u>
Total do patrimônio líquido		<u>602</u>	<u>714</u>
Total do passivo		<u>2.616</u>	<u>2.791</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita operacional líquida (Nota 11)	1.040	959
Custo dos serviços prestados		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais (Nota 6)	(158)	(153)
Custo de operação e manutenção (Nota 12)	(135)	(123)
Total do custo dos serviços prestados	(293)	(276)
Lucro bruto	747	683
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(5)	(5)
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(90)	(79)
Lucro operacional	652	599
Despesas financeiras (Nota 14)	(119)	(94)
Receitas financeiras (Nota 5)	22	15
Operações a termo	-	(15)
Variação cambial de passivos (Nota 15)	(150)	(155)
Despesas financeiras, líquidas	(247)	(249)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	405	350
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(137)	(118)
Lucro antes das participações dos empregados	268	232
Participações dos empregados	(4)	(4)
Lucro líquido do exercício	264	228

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	264	228
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais (Nota 6)	158	151
Depreciação de outros itens	4	5
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	266	247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	(35)
Baixa de Imobilizado	1	-
Variações em ativos e passivos		
Redução (aumento) de contas a receber	48	(31)
Adiantamentos recebidos da Petrobras	(23)	(41)
Redução nas aplicações financeiras vinculadas	-	13
Redução (aumento) nos demais ativos	(9)	(3)
Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	(24)	80
	<u>452</u>	<u>386</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>716</u>	<u>614</u>
Atividades operacionais		
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(35)	(32)
Pagamento de juros aos demais acionistas	(33)	(31)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(9)	(10)
Recursos utilizados nas atividades Operacionais	<u>(77)</u>	<u>(73)</u>
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos, com juros	(568)	(393)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(46)	(75)
Recursos utilizados nas atividades de financiamento	<u>(614)</u>	<u>(468)</u>
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(49)	(60)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(49)</u>	<u>(60)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(24)</u>	<u>13</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>115</u>	<u>102</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>91</u>	<u>115</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas		
Serviços de transportes	1.280	1.150
Outras receitas	<u>4</u>	<u>3</u>
	<u>1.284</u>	<u>1.153</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(73)	(75)
Materiais, energia, serviços e outros	<u>(31)</u>	<u>(29)</u>
	<u>(104)</u>	<u>(104)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.180</u>	<u>1.049</u>
Retenções		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(158)	(151)
Depreciação de outros itens	<u>(4)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(162)</u>	<u>(156)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>1.018</u>	<u>893</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>22</u>	<u>15</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.040</u>	<u>908</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	127	105
Impostos e contribuições	380	312
Despesas financeiras e variações cambiais	269	263
Lucro líquido do exercício	<u>264</u>	<u>228</u>
	<u>1.040</u>	<u>908</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido	264	228
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ganhos / (Perdas) atuariais - Plano de Pensão	<u>-</u>	<u>6</u>
Resultado abrangente total	<u>264</u>	<u>234</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Especial	Outros resultados abrangentes	Dividendo adicional proposto			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	203	41	134	398	-	95	-	871	
Autorização da AGO 08/03/13 para pagamento	-	-	-	-	-	(95)	-	(95)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	228	228	
Realização de reservas	-	-	(116)	(66)	-	-	182	-	
Reavaliação atuarial	-	-	-	-	6	-	-	6	
Dividendos propostos e a distribuir	-	-	-	-	-	114	(410)	(296)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	203	41	18	332	6	114	-	714	
Autorização da AGO 26/03/14 para pagamento	-	-	-	-	-	(114)	-	(114)	
Autorização da AGO 10/10/14 de dividendo adicional	-	-	-	(130)	-	-	-	(130)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	264	264	
Realização de reservas	-	-	(18)	(148)	-	166	-	-	
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 10 (c))	-	-	-	-	-	-	(132)	(132)	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	132	(132)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203	41	-	54	6	298	-	602	

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2014 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - "TBG" ou "Companhia" é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro, uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas - SP e duas Unidades de Manutenção localizadas nas cidades de Campo Grande - MS e Florianópolis - SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil - GASBOL, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da Companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do gasoduto é de 30 milhões de m³/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000 e já foram totalmente concluídas. Os recursos para fazer face à construção de gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 7) e de financiamentos de agência de crédito (Nota 8).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

- (i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019.
- (ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) - para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.
- (iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) - para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.
- (iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade - CPAC 2007 - para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do sistema Petrobras.

2 Resumo das Principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2015.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.3 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.4 Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

(I) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(II) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

2.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.
- A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Gasodutos	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções, do modelo econômico da Companhia, não foi identificada necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado (*impairment*).

2.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

2.11 Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.13 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (Nota 6).

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 16).

(c) Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a Companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições de forma contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
FIDC (a)	<u>91</u>	<u>115</u>
	<u>91</u>	<u>115</u>

(a) Representado por fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) do Sistema Petrobras com disponibilidade diária, para utilização no pagamento de gastos operacionais. Em 2014 a rentabilidade foi de 10,8%, equivalente a 100% do CDI.

5 Aplicações financeiras vinculadas

	2014	2013
Vinculados ao serviço da dívida	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>5</u>	<u>5</u>

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2014 apresentou a rentabilidade de 10,47%.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2014	2013
Receita nas aplicações do fundo FIDC	17	11
Receita nas aplicações de renda fixa	<u>5</u>	<u>4</u>
	<u>22</u>	<u>15</u>

6 Imobilizado em uso

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2014			2013
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.336	(2.112)	2.224	2.329
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	12	(6)	6	6
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	5	(4)	1	1
Máquinas e equipamentos Operacionais	10	21	(17)	4	5
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	12	(8)	4	3
Equipamentos e instalações de comunicação	5	5	(4)	1	2
Imobilizado em andamento (ii)		21	-	21	36
		<u>4.412</u>	<u>(2.151)</u>	<u>2.261</u>	<u>2.382</u>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui construção de novas estações de entrega e melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia - Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.411	51	6	11	2.479
Adições	-	59	-	1	60
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	70	(75)	-	3	(2)
Depreciação	(151)	-	(2)	(2)	(155)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.330	35	4	13	2.382
Adições	-	48	1	-	49
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	50	(63)	-	4	(9)
Depreciação	(156)	-	(2)	(3)	(161)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>2.224</u>	<u>20</u>	<u>3</u>	<u>14</u>	<u>2.261</u>

7 Partes Relacionadas

(a) Sistema Petrobras

	2014			2013		
	Petrobras	Gaspetro	Total	Petrobras	Gaspetro	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	114	2	116	99	2	101
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	-	-	-	63	-	63
	<u>114</u>	<u>2</u>	<u>116</u>	<u>162</u>	<u>2</u>	<u>164</u>
Passivo circulante						
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	10	-	10	-	-	-
Adiantamentos de clientes (ii)	54	-	54	51	-	51
Empréstimos subordinados - Nota 7(b)	-	4	4	-	4	4
Juros sobre dividendos a pagar	-	7	7	-	-	-
	<u>64</u>	<u>11</u>	<u>75</u>	<u>51</u>	<u>4</u>	<u>55</u>
Passivo não circulante						
Adiantamentos de clientes (ii)	817	-	817	781	-	781
Empréstimos subordinados - Nota 7(b)	-	261	261	-	230	230
	<u>817</u>	<u>261</u>	<u>1.078</u>	<u>781</u>	<u>230</u>	<u>1.011</u>
Resultado do exercício:						
Receita bruta de serviços prestados - Nota 11	1.284	-	1.284	1.153	-	1.153
Despesas financeiras - Nota 14	-	(55)	(55)	-	(42)	(42)
Variações cambiais - Nota 15	(62)	(31)	(93)	(63)	(30)	(93)

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2014 foi apurado o montante de R\$ 10 milhões a ser devolvido, em 2015, via redução da tarifa (em 2013 foi apurado o montante de R\$ 63 milhões, recuperado em 2014 via aumento de tarifa).

(ii) Adiantamentos de clientes

Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

(b) Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, incluindo principal integralmente no longo prazo e juros integralmente no curto prazo, são:

	2014	2013
Passivo circulante		
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (Nota 7 (a))	4	4
BBPP Holdings Ltda.	2	2
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	1	1
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	1	-
Total dos demais acionistas	4	3
Passivo não circulante		
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (Nota 7 (a))	261	230
BBPP Holdings Ltda.	148	131
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	62	54
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	41	36
Total dos demais acionistas	251	221

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados e correção dos dividendos pela SELIC foram:

	2014	2013
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (Nota 14)	55	43
BBPP Holdings Ltda.	32	23
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	13	10
GTB - TBG Holdings S.À. R. L.	9	7
Total dos demais acionistas	54	40

(c) Remuneração de pessoal (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da TBG relativas ao mês de dezembro de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	2014	2013
Remuneração por empregado:		
Maior remuneração	38.992,67	35.541,58
Remuneração média	14.862,74	14.366,82
Menor remuneração	5.270,45	4.488,88
Remuneração de dirigente (maior)	69.142,09	70.673,88

8 Financiamentos de agências multilaterais de crédito

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 17(b) - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2014	2013
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	150	166
Banco Europeu de Investimento (BEI)	54	58
	204	224
(-) Passivo circulante	(52)	(45)
Passivo não circulante	152	179

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	2014	2013
2015	-	45
2016	52	46
2017	54	47
2018	46	41
	152	179

Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
6 meses ou menos	30	27
6 a 12 meses	29	26
1-2 anos	58	52
2-5 anos	104	143
	<u>221</u>	<u>248</u>

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal do Brasil (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2013 foi de 2,08%, mais spread de 0,84% a.a.. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (EIB internal rate), fixada em 7,09% a.a.. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018.

Os contratos apresentam as seguintes cláusulas restritivas ("covenant"):

(i) O Mutuário não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;

(ii) O Mutuário se compromete a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (senior debt) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio com passivo total não seja superior a 67%.

Para os anos de 2014 e 2013, a Companhia cumpriu com estas obrigações.

9 Impostos e contribuições sociais**(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	93	-
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	23	33
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(44)	6
Outras exclusões temporárias	(9)	(6)
	<u>63</u>	<u>33</u>

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	401	346
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(137)	(118)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(137)</u>	<u>(118)</u>
Corrente	(106)	(153)
Diferido	(31)	35

(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	137	118
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Depreciação fiscal do gasoduto	(93)	-
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizadas (regime de caixa)	44	54
Provisões temporárias	9	-
Pelo uso de créditos fiscais diferidos	-	(14)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	<u>9</u>	<u>(5)</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	<u>106</u>	<u>153</u>

10 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Gás S.A. - Gaspetro;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% - GTB - TBG Holdings S.À. R. L..

(b) Reservas de lucros**• Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social. Não foi constituída reserva legal nos anos de 2014 e 2013, em decorrência de essa reserva ter atingido o limite máximo permitido.

• Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos, principalmente, constituição de ativo fiscal diferido e de variação cambial de empréstimos de longo prazo que não geraram caixa para suportar os pagamentos de dividendos nos exercícios em que foram constituídos. O pagamento dos dividendos dessa reserva ocorre no exercício subsequente à medida que os eventos que originam a sua constituição se realizam financeiramente, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

• Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixaram de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

Em 2014 R\$ 166 das reservas de lucros foram transferidos para dividendos propostos. No encerramento do exercício social de 2014 não existe mais excesso de reservas em relação ao capital social (havia excesso de R\$ 170 em 2013).

(c) Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2014 é de R\$ 132. A proposta de dividendos adicionais encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 298, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 132, mais a realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 18 e reserva especial no montante de R\$ 148, totalizando R\$ 298 registrados no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	264	228
Realização da reserva de lucros a realizar	18	116
Transferência da reserva especial	148	66
Dividendos totais	<u>430</u>	<u>410</u>
Sendo:		
Dividendo a pagar - passivo circulante	132	296
Dividendo adicional proposto - patrimônio líquido	298	114
Dividendo a pagar passivo circulante - R\$ por ação	0,65	1,46
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido - R\$ por ação	1,47	0,56

11 Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita bruta de serviços prestados (Nota 7(a))	1.284	1.153
Tributos incidentes sobre faturamento	(244)	(194)
Receita operacional líquida	<u>1.040</u>	<u>959</u>

12 Custo de operação e manutenção

	2014	2013
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	62	48
Manutenção, conserto e reparo	29	26
Aluguel de veículos, área e helicópteros	15	17
Consumo de material	7	9
Utilização de sistemas de comunicação	2	2
Serviço de apoio operacional e outros	15	15
Despesas de viagens	2	3
Consumo de energia	3	3
	<u>135</u>	<u>123</u>

13 Despesas gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	59	50
Despesas com imóveis	6	6
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	4	2
Despesas com serviços contratados	13	13
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	7	7
	<u>90</u>	<u>79</u>

14 Despesas financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesa financeira		
Fornecedores	2	1
Empréstimos e financiamentos	8	10
Empresas do sistema Petrobras (Nota 7 (b))	55	43
Empréstimo subordinado - demais acionistas	34	30
Juros sobre dividendos - demais acionistas	20	10
	<u>119</u>	<u>94</u>

15 Variação cambial de passivos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Variação cambial		
Empréstimos e financiamentos	27	33
Empresas do sistema Petrobras (Nota 7 (a))	93	93
Empréstimo subordinado - demais acionistas	30	29
	<u>150</u>	<u>155</u>

16 Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

- Uma empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 120. Por outro lado a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 94.
- Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 58.
- Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 14, por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção da ECOMP de Capão Bonito, SP.
- Pleito de indenização coletiva, proposta por 167 autores, em decorrência do acidente ocorrido em novembro de 2008 na Região de Gaspar – SC. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 100.
- A TBG consta como pólo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 7.

Contingências ativas

• Recuperação de PIS e COFINS

A TBG ajuizou ação ordinária contra a União perante a justiça federal da seção judiciária do RJ, referente a recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidente sobre receitas financeiras, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002 e COFINS, compreendido entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art 3º da lei nº 9.718/98. O valor histórico de R\$ 12 relativo à citada ação não está refletido nas demonstrações contábeis.

• ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria.

17 Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Instrumentos financeiros	Nota	2014	2013
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	91	115
Aplicações financeiras vinculadas	5	5	5
Contas a receber	7(a)	116	164
Passivos			
Fornecedores		23	31
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	7(a)	1.153	1.065
Empréstimos e financiamentos	8	204	224

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. e o FDIC (Nota 4) da Petrobras, o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que nos quinze anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

(b) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 7 e 8.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2014 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 724 (R\$ 683 em 2013).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Gaspetro (Nota 7) cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 871 (R\$ 832 em 2013), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Cenários		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	724	181	362

Conforme mencionado na Nota 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

(c) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores e outras obrigações	23	-	-
Contas a pagar com empresas do sistema Petrobras	43	39	339
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	42	38	327
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	59	58	104
	167	135	770
Em 31 de dezembro de 2013			
Fornecedores e outras obrigações	31	-	-
Contas a pagar com empresas do sistema Petrobras	39	35	300
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	36	33	287
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	53	52	143
	159	120	730

(d) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	574
Total com taxas variáveis	150
	<u>724</u>

(e) Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

18 Cobertura de seguro (não auditado)

O gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

	US\$ milhões	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Riscos segurados		
Danos materiais	11.534	156
Perda de receita bruta	507	507
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

19 Obrigações atuariais

	2014	2013
Plano de previdência complementar	7	4
Plano de saúde - AMS	16	-
	<u>23</u>	<u>4</u>

Previdência complementar

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

Plano de saúde AMS - benefício pós-emprego

A partir de 2014 os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS - Assistência Multidisciplinar de Saúde, mantido pela Petrobras. Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas. O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Relatório dos auditores independentes Sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBC

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 7 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Christiano Augusto Beleze dos Santos
Contador
CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração 2014 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da PricewaterhouseCoopers, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2014, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 430.000.000,00 provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2014, no valor de R\$ 264.311.382,37 mais R\$ 165.688.617,63 de realização de reservas de lucros. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 132.155.691,19, correspondente à 50% do lucro líquido (art. 27, II do Estatuto Social da TBG), que, em 2014 foi de R\$ 264.311.382,37. Além disso, a Administração da empresa está propondo à Assembleia Geral Ordinária, o dividendo adicional de R\$ 297.844.308,82 composto pela destinação remanescente do lucro do exercício, no montante de R\$ 132.155.691,19 mais a realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 17.588.534,21 e da realização da reserva especial de R\$ 148.100.083,42.

Com a realização de parte da reserva especial o saldo das reservas de lucro não ultrapassa o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2015.

Solange Arantes Dornela

Júlio César Gonçalves Corrêa

Eduardo Poggi da Rocha

Administração

Renato de Andrade Costa

Presidente do Conselho de Administração

Roberto Murilo Carvalho de Souza

Conselheiro

Angélica Garcia Cobas Laureano

Conselheira

Mauricio Eduardo Murillo Maldonado

Conselheiro

Cleyton Domingues de Moura

Conselheiro

Marcel Takeshi Abe

Conselheiro

Rachel Lindolfo Affonso

Conselheira

Ubiratan José Clair

Diretor Superintendente

Marcelo Curto Saavedra

Diretor de Manutenção e Operação

Jorge Roberto Abrahão Hijjar

Diretor Comercial

Lair Jesus Pereira de Oliveira

Diretor Financeiro

Robson Nunes Ribeiro

Gerente de Controladoria

Ricardo Souza de Holanda

Contador CRC-RJ-040722/O-2



Praia do Flamengo, 200 25º andar
22.210-901 Rio de Janeiro RJ
T. 55 21 2555.5800

tbg.com.br